

JOSÉ CARLOS MARTINS DO NASCIMENTO

IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DOS BENS AFETADOS À CONCESSÃO DE ENERGIA

A QUESTÃO TRIBUTÁRIA
DO PONTO DE VISTA REGULATÓRIO



PREFÁCIO | ANDRÉ MENDES MOREIRA



Esta obra analisa se, no Brasil, o concessionário de serviço público de energia elétrica é o proprietário dos bens utilizados para a prestação do serviço público, bem como se é devida a cobrança de impostos sobre a propriedade de bens afetados à referida concessão. Embasado pelo princípio da segurança jurídica em matéria tributária e sua importância para a atividade empresarial, estudam-se os fundamentos do Direito Regulatório relacionados com a prestação de serviços públicos, esclarecendo conceitos importantes, tais como desapropriação, afetação, reversão e seus reflexos sobre a propriedade dos bens da concessão (poder concedente) e da concessionária. Somente após esclarecidos esses importantes aspectos regulatórios, adentra-se na questão tributária, com a seleção de espécies tributárias a serem pesquisadas, quais sejam IPTU e ITR. A partir daí, estuda-se o instituto da imunidade recíproca, sua disposição no direito comparado, o posicionamento da doutrina, e obtém-se uma conclusão acerca dos impostos sobre a propriedade de bens afetados à concessão do serviço público de energia elétrica. Por fim, à luz da conclusão obtida, pesquisa-se o posicionamento do CARF, do STJ e do STF, realizando uma análise crítica das decisões

em face da conclusão obtida. Enfim, trata-se de uma pesquisa detalhada de doutrina e jurisprudência acerca da matéria envolvendo a imunidade recíproca de bens afetados à concessão do serviço público de energia elétrica, bem como a questão da extensão da imunidade recíproca às concessionárias do serviço público de energia elétrica. Boa leitura.

Autor

JOSÉ CARLOS MARTINS DO
NASCIMENTO

IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DOS BENS AFETADOS À CONCESSÃO DE ENERGIA A QUESTÃO TRIBUTÁRIA DO PONTO DE VISTA REGULATÓRIO

Área específica

Direito Tributário

Áreas afins

Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito
Civil e *Compliance*

Público-alvo/ Consumidores da obra

Advogados, Juizes, Desembargadores, Ministros,
Procuradores (Federais e Municipais), Docentes,
Controllers, Diretores Jurídicos, Analistas de Regulação,
Analistas Fiscais

Formato: 14,5x21,5 cm

CÓDIGO: 10000980

N244i Nascimento, José Carlos Martins do

Imunidade tributária dos bens afetados à concessão de energia: a questão tributária do ponto de vista regulatório / José Carlos Martins do Nascimento; prefácio de André Mendes Moreira. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

151 p.

ISBN 978-85-450-0140-9

1. Direito tributário. 2. Direito administrativo. 3. Direito constitucional. 4. Direito civil. 5. Compliance. I. Moreira, André Mendes. II. Título.

CDD: 341.39

CDU: 336.2

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

NASCIMENTO, José Carlos Martins do. *Imunidade tributária dos bens afetados à concessão de energia: a questão tributária do ponto de vista regulatório*. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 151 p. ISBN 978-85-450-0140-9.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

André Mendes Moreira.....17

INTRODUÇÃO.....19

CAPÍTULO 1

O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A ATIVIDADE EMPRESARIAL.....23

1.1 Do conceito de princípios.....23

1.2 Do conceito de segurança jurídica.....24

1.3 Do princípio da segurança jurídica em matéria tributária.....27

1.4 Principais tributos incidentes sobre o setor elétrico.....32

1.5 Importância do princípio da segurança jurídica em tributária e da governança tributária para a atividade empresarial.....33

1.5.1 Do conceito de governança.....34

1.5.2 Da governança corporativa.....36

1.5.3 Da governança tributária.....38

1.5.4 Importância da governança tributária para a atividade empresarial.....41

CAPÍTULO 2

DA CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA ELÉTRICA.....43

2.1 Concessão de serviços públicos.....43

2.1.1 Evolução histórica.....45

2.1.2 Conceito.....46

2.1.3 Princípios.....47

2.1.3.1 Do dever de prestação.....48

2.1.3.2 Generalidade ou universalidade.....48

2.1.3.3 Modicidade.....	49
2.1.3.4 Atualidade ou adaptabilidade.....	49
2.1.3.5 Cortesia ou urbanidade.....	50
2.1.3.6 Economicidade.....	50
2.1.3.7 Submissão de controle.....	51
2.1.3.8 Isonomia.....	52
2.1.3.9 Continuidade ou permanência.....	52
2.1.3.10 Regularidade.....	54
2.1.3.11 Livre acesso às redes.....	56
2.2 Da afetação dos bens ao serviço público de energia elétrica.....	61
2.3 Extinção do contrato de concessão – Capítulo X da Lei nº 8.987/95.....	65
2.3.1 Advento do termo contratual	68
2.3.2. Ato unilateral do poder concedente.....	68
2.3.2.1 Encampação.....	68
2.3.2.2 Caducidade	69
2.3.3 Anulação.....	70
2.3.4 Falência ou extinção da empresa.....	70
2.3.5 Rescisão judicial.....	71
2.3.6 Rescisão Consensual.....	71
2.4 Consequência da extinção da concessão: reversão dos bens afetados.....	73
2.5 Diferenciação entre afetação e reversão.....	77
2.6 Concessão de serviços públicos de energia elétrica.....	78
2.6.1 Concessionárias de distribuição de energia elétrica – Sociedades de economia mista.....	81
2.6.2 Concessionárias de distribuição de energia elétrica – Empresas privadas....	81

CAPÍTULO 3

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA.....85

3.1 Do conceito de propriedade.....	85
3.1.1 Da desapropriação.....	87
3.1.2 Da servidão administrativa.....	89
3.1.3 Da compra e venda.....	90

CAPÍTULO 4

DOS IMPOSTOS SOBRE A PROPRIEDADE.....91

4.1 Evolução histórica.....	91
4.2 Espécies de impostos sobre a propriedade.....	93
4.3 Critérios de seleção e espécies a serem analisadas.....	94
4.4 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).....	94
4.4.1 Fundamento legal.....	94
4.4.2 Hipótese de incidência.....	95
4.5 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).....	98
4.5.1 Fundamento legal.....	98
4.5.2 Hipótese de incidência.....	98

CAPÍTULO 5

DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA DOS BENS AFETADOS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA.....101

5.1 Incidência, não incidência, imunidade e isenção	101
5.2 Da imunidade tributária recíproca – CR/88, art. 150, VI, “a”	105

5.2.1 Da imunidade tributária recíproca no direito comparado.....	108
5.2.2 Posição no direito comparado: a experiência de Portugal com o Imposto Municipal sobre Imóveis.....	109
5.3 Da imunidade tributária recíproca dos bens afetados à concessão do serviço público de energia elétrica.....	112
5.4 Posição da doutrina.....	113
5.5 Posição da jurisprudência dos Tribunais Superiores e entendimento pacificado do CARF.....	116
5.5.1 Entendimento do CARF sobre o ITR nas áreas alagadas dos reservatórios das usinas hidroelétricas.....	116
5.5.2 Análise crítica de julgados do Superior Tribunal de Justiça (STJ).....	117
5.5.3 Análise crítica de julgados do STF.....	127
CONCLUSÃO.....	143
REFERÊNCIAS.....	147